ANO 5.º Sexta-feira, 29 de Março de 1912 NUMERO 214

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . . . . 1$200 réis
Semestre . . . . . . 600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . . 2$500 réis
Avulso . . . . . . 20 réis
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 108

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO
(*)
Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA
Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha . . . . . . 40 réis
Comunicados . . . . . . 20 réis
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

HISTORIANDO

VI

Iniciáda vigorosamente a governação do país pelo *Govêrno Provisorio*, o povo esperáva que o partido republicano, conservando-se unido e firme, *como primeiro passo a dar*, fizésse o balancête financeiro e consciencioso da nação, pondo, em seguida, a claro, ao mundo, a situação miseravel que herdára da monarquia e, consequentemente, indicasse os serventuarios do velho regimen que parte intensa tinham tomado néssa administração perdulária e criminosa.

Dêste modo, feito escrupulosamente êsse inventario, o povo ficava conhecendo a quadrilha que o roubou e podia dizer e indicar ás de mais nações, sempre que preciso fôsse, o bando que durante tantos anos lhe explorou o suor.

Se qualquer dêsses individuos tentasse protestar contra o novo regimen, taréfa facil sería, então, revendo-lhe o cadastro, apontar ao mundo a razão de queixa do quadrilheiro.

E essa indicação, logo que apontada fôsse, seria o bastante para anular os seus movimentos, alienando-lhe as simpatias de toda a gente, pois não sería um homem que se movimentava em defeza de um ideal, justo ou injusto mesmo, mas um gatuno que barafustava por lhe haverem cortado a facilidade do *golpe*, e se havia revoltado contra um povo que lhe tinha inesperadamente cortado a impunidade do *assalto* á sua bolsa.

Esse cadastro, porém, não se fez ainda. Porque?

Porque?! — Porque a *politica de atracção* não o permitiu.

E o que é a *politica de atracção?!*

Sabe-se lá o que isso é? Que o diga claramente o sr. Antonio José de Almeida e o ex-socio Brito Camacho.

Politica de atracção, politica de pacificação e confraternisação, — gritam agitadamente os *evangelisadores* déssa porcaría—é que se torna preciso urgentemente, praticar.

Mas atraír a quem? Mas pacificar a quem e como e porquê?

Quem despacificou, agitou, revoltou, fez conspirar essa gente?

Ninguem, ou, então, a brandura sediça dos nossos costumes; a ampla generosidade dum povo que não sabe vingar-se, nem castigar, —tamanho é o ideal de bondade e amôr que lhe enche a alma amorosa e simples.

No momento em que podia fazer liquidações, castigando erros, condenando crimes, perdoou indistintamente.

Mas como gritou, para que todos o ouvissem, que jámais consentiria a vida escura, regaláda e crapulosa, que até aí fruiram á custa de mil e uma torpezas, revoltaram-se e fôram conspirar.

Conspirar, porquê?

Contra um regimen em que cabem todos os portuguêses—os honestos—podendo desempenhar funcções na Republica e os deshonestos, podendo viver sem aquêle desempenho, é certo, mas aperfeiçoando-se, corrigindo-se e podendo atingir, um dia, aquéla méta, em que se póde batalhar por todas as revindicações justas e necessarias para melhorar o bem estar comum, e em que a vóz de todos encontra éco e protecção?

Conspirar contra um regimen, que representa a vontade soberana dum povo conscio dos seus destinos e em cujos negocios o mesmo povo começou a ter uma mais estreita e cuidada interferencia, que hade reabilital-o da degradação que a monarquia lhe creou e em que ia resvalando criminosamente?

Conspirar contra a vontade suprema dum país, que quer individualisar-se politica e economicamente e, cheio de coragem civica, retomar e viver a vida dos povos progressivos e cultos?

Mas quem ousa praticar um tal crime? Filhos da mesma patria, portuguêses, tambem?

Alguns portuguêses, sim, em pequeno numero, mas degenerados pela crapula corrosiva do velho regimen, filhos da mesma patria, é vergonhosamente certo, mas em quem se apagou o amôr da honra e do trabalho, convertendo-se, depois de terem sido sangue-sugas insaciaveis na monarquia, num bando de salteadores que, abusando da hospitalidade dum povo, lucta, dali, impudicamente, contra a integridade da propria nação e contra o socêgo e o trabalho dos seus irmãos.

Só esses?

Não. A esses juntaram-se, lá fóra, os sem-patria, gente assoldada, vinda de toda a proveniencia, uma; os simbolos do odio, da intransigencia, do obscurantismo, da perversidade, os filhos da companhia de Jesus, outra.

Cá dentro, solidarisádos na mesma suja aspiração, fazendo côro com êles, ha toda aquéla gente ferida nos seus interesses iligitimos, nos seus privilegios, nas suas vaidades balôfas, apontada nas suas reputações duvidosas e os falsos apostolos duma religião que se diz paz e amor e que êles convertêram, ha muito, num mistér mercantil e baixo.

Toda éssa gente que explorava a ignorancia e o êrro, vendo fugir-lhe a prêsa das mãos, agitou-se, indignou-se e conspira.

Movem-se por um ideal justo e nobre?

Não. E' o interésse ferido duma oligarquia que protesta. E' o odio a um regimen que cortou de vez todos os desmandos e quer indicar e entregar ao povo, inteiro e insofismavel, o caminho do seu destino que se levanta.

Movem-se para a restauração dum trôno, que abandonaram quando a nação o expulsou, e que quérem que venha garantir-lhes de novo a mesma vida perdulária.

E' essa gente que ninguem irritou e que, de fóra, faz o jôgo dos inimigos da patria e, cá dentro tentou exercer um massacre sem nome nos seus irmãos, que o sr. Antonio José de Almeida & C.ª quer atrair?

Como? Pedindo-lhes perdão de os haver desalojado das suas posições criminosas e nocivas para o país e oferecendo-lhes a administração da Republica que, infelizmente, ainda está, em grande parte, nas mãos dos monarquicos?

Mas, sendo assim, então déve começar por se ajoelhar deante do ex-rei e pedir-lhe que venha tambem, traga a sua gente e siga a folía.

Porque esquecido é possivel que esteja já o que o ano passado, em Chaves, o sr. Antonio José disse ao povo, inflamado em amôr patrio, referindo-se aos conspiradores que na fronteira ameaçavam invadir Portugal:

Se êles entrarem a fronteira, atirem-lhes como a lobos; se tivérem fome, foragidos por essas montanhas, em logar de pão, deem-lhes balas; se tivérem sêde, deem-lhes agua-raz á beber e se tivérem frio, em logar de lenha que os aqueça, mandem-lhes a polvora a arder.

A politica de *atracção*, a politica de *atracção*! Que loucura e que absorvente ideia essa de formar partido!

Dr. RODRIGO RODRIGUES

Dêste nosso muito presado amigo, ex-governador civil de Aveiro e actual director da Penitenciária de Lisboa, recebêmos a semana passada, impressa, a conferencia que a convite do *Club dos Fenianos* realisou no teatro Aguia de Ouro a 17 de dezembro de 1911 e da qual démos no ultimo numero um pequeno extracto mostrando assim o nosso plêno acôrdo com as doutr nas expendidas por sua ex.ª.

Agradecendo ao sr. dr. Rodrigo Rodrigues a gentileza da sua oferta, de aqui o cumprimentâmos mais uma vez pelo seu primorissimo trabalho, que religiosamente vâmos arquivar.

Que mais querem?

As declarações terminantes e claras do ilustre presidente do conselho, na camara dos deputados e que aqui reproduzimos no numero passado, fôram, sem duvida, o golpe de morte dado na pretendida razão moral das tentativas e organisação das pseudo forças paivantes para a imaginária restauração monarquica.

De facto o país julgáva e admitia a existencia dum pacto entre a Alemanha e a Inglaterra, para a posse e partilha das nossas colonias, independente ainda duma intervenção extrangeira, se, fracassando as tentativas para o regresso do traidor, ex-monarca, a Portugal, a Republica triunfasse, consolidando-se.

O crédulo espirito nacional vacilava ao pezo dêste dilêma e, convencidos estâmos, que se a possibilidade das coisas permitisse um movimento reaccionario de certa importancia, a população menos culta do país poderia tacitamente aceitar o resultado dêsse movimento como preferivel a uma intervenção e á perda do nosso patrimonio colonial.

Declarando, porém, o chefe do governo as bases falsissimas em que tal boato assentava e dizendo ainda mais, que essas declarações eram feitas de acordo com os governos da Alemanha e Inglaterra, desfez-se o sonho dos inimigos da Patria e desapareceram por completo as duvidas que, a tal respeito, torturavam o espirito nacional.

O seu efeito moral entre a tropa fandanga de Couceiro, a principiar por este, foi verdadeiramente extraordinario e daí a carta que o general em chefe da quadrilha escreve, reproduzida noutro logar, pretendendo justificar o seu infame procedimento, baseado agora na *caluniosa* afirmativa da traição atribuida a D. Manuel, ex-rei de Portugal, que solicitára a intervenção de extrangeiros, oferecendo como compensação do auxilio dispensado pelos couraçados germanicos á manutenção da monarquia portuguêsa, varios beneficios e cedencias das nossas colonias, especialmente em Angola.

Não resta duvida, que, completamente desfeito pela bôca do nobre presidente do conselho, de fórma a não poder ser contestado, o falso boato da intervenção e posse do nosso dominio colonial por parte dos governos anglo-saxonico, deveria o grande *general* arquitétar de pronto outra razão justificativa do seu procedimento. Aí o temos, pois, a pedir *os proprios documentos ou copias autenticas* comprovativas da traição, quando êle, não as querendo vêr a instancias do ministro da guerra do governo provisorio, o coronel Correia Barreto, sabe de sobejo que tais documentos, embora claramente indicada a sua proveniencia, não pódem ser publicados, sob pena dum imediato rompimento com o país donde êles dimanaram. Paiva Couceiro convidado, instado para os examinar, esquivou-se a vêr com os seus proprios olhos, as provas irrefragaveis da traição, que agora péde, com inegualavel cinismo, para serem publicadas, quando não desconhece que essa inconveniencia—no momento atual—por principio algum o govêrno cometería ou consentiría.

Ha documentos evidentemente comprovativos, em absoluto, de entendimento entre D. Manuel e *alguem* a quem *seria aberta a nossa fronteira no momento em que fosse preciso.*

São esses que a previdencia e amor ao país manda guardar.

Mas ignorâmos que mais seja preciso para se provar a traição do infame Manuel Bourbon, do que os dizeres duma carta por êle escrita, quando em Londres, a sua mãe, na qual se lê, entre outras informações interessantes, o seguinte periodo:

Quando abordo a necessidade duma intervenção, no caso duma revolta republicana, logo mudam de assunto e me falam de negocios.

Que prova isto? Que o traidor soberano solicitou insistentemente, junto da Inglaterra, apoio de toda a especie para a sustentação do seu trono e cançado de tal sem resultado, para outro país se voltou, onde mais feliz o atenderam, entabolando-se as bases para a satisfação dos seus desejos.

Tudo o que agora dizemos, foi garantido com a palavra de honra de quem, por principio algum póde o país duvidar:—pelo coronel Correia Barreto, ministro da guerra do governo provisorio, um dos mais lidimos carateres do exercito português.

Que mais quer esse louco, que mais quer esse desgraçado? A decéção foi grande, o desmoronamento completo, sem duvida.

Saiba ao menos morrer, quem viver não soube.

Submeta-se á sua desgraçada situação; aceite-a e sofra as inevitaveis consequencias do seu triste desatino, da sua rematáda loucura; não das que nos entristece e comove, mas das que pela sua hediondez e repugnancia, nos horrorisa e enoja!

NO PROXIMO NUMERO:

A semana santa de O DEMOCRATA

Demissão do sr. governador civil?

Lê-se no *Jornal de Anadia:*

«Dizem-nos que acaba de ser oferecido ao nosso amigo sr. dr. José de Sampaio o importante cargo de governador civil do distrito, constando-nos mais que, apesar de muito instado, o sr. dr. Sampaio não acedeu a aceitar tão importante e honroso logar.»

Como se entende isto? Então o sr. Ribeiro de Almeida deixa o cargo de governador civil de Aveiro?! E deixando-o terá alguem a stulta pretenção de nêle querer colocar pessoa que o seu passado indique como afecta intimamente aos partidos das velhas instituições, como sucéde com o sr. José de Sampaio, que foi o braço direito do *mando* progressista no concelho de Anadia e um dos generais da façanha comicieira da Fogueira?

Não; isso é que não poderá ser sob pena de se repetir o que já algumas vezes se tem dado e que déve estar na memoria de todos.

Teimosos... e santos

Um Samodães indigena, natural dos Casaes, como qualquer João Borôa, lembrou-se, depois de nos dizer com uma cérta galhardia *personal*, que gastou fundilhos e queimou as pestanas por Coimbra, que tendo as maiorias conscienciosa, essa consciencia, portanto, déve impôr-se ás consciencias das minorias!

E' a sumula duma jeremiada, tresandando a sacristía, que o referido Samodães impinge em duas colunas e pico, no grande orgão dos srs. dr. Cherubim e José Maria, a propósito do periodo dum discurso de José Estevam, no qual o grande oradôr protésta contra a imposição de principios religiosos á consciencia de cada um.

Presentemente, essa pretendida violencia nem base encontra na religião do Estado, porque êste não a tem.

Escusado, pois, moêr palavras, que nada resultam.

A religião é da consciencia, indiscutivelmente, e partindo dêsse principio não a podêmos impôr a alguem ou êsse alguem estéja em maioria ou em minoria.

Se a maioria do país fôsse de livres pensadores, o Samodães em questão, por êsse motivo, devería tambem ser livre pensador?

E tendo aparecido a luz do petroleo, muito superior á da purgueira, haviamos nós de continuar a alumiarmo-nos com esta lá por que era usáda pela maioria dos consumidores?

Ora vão prégar... a outra freguezia...

O desastre do Porto

Parece estar averiguádo que se destinávam á defeza da Republica, a quando da entrada das hostes de Couceiro no nosso país, aquélas bombas que rebentáram no bairro de Miragaia e que mãos de esforçádos e leaes combatentes estávam preparando no momento em que se deu a deploravel explosão.

Dos escombros dos tres predios derruidos fôram, durante os ultimos dias, retirados mais alguns cadaveres, entre os quais o do barbeiro Adelino da Costa Leal, conhecido pelas suas inabalaveis convicções republicanas e cêrca de 500 involucros de ferro fundido, uns de fórma oval outros esféricos, para bombas explosivas, além de varios utensilios que serviam para a preparação das mesmas.

Quando uma causa tem por servidores obscuros soldados, que não só sacrificam os seus haveres como ainda põem em risco a propria vida, essa causa hade fatalmente triunfar, como triunfou já a Republica Portuguêsa, que no povo continúa a ter o seu melhor sustentaculo.

A pesca na ria

Caso unico

No proximo mez de abril principia a época do defêso da pesca na ria de Aveiro.

Qualquer julgará e aplaudirá tal medida, pois éla sómente devería evitar destruir a creação que nêste periodo se produz.

Mas não é assim. Proíbe-se a pesca, em geral, com o *botirão* e outros sistémas, mas por uma concessão, que não compreendêmos, e contra a qual em nome do mais vulgar principio de justiça energicamente protestâmos, é concedida licença para, com rêde de arrasto, poder fazer a colheita quando e como quizerem uns determinados individuos.

Colhem êstes uma enormissima quantidade de creação, que depois vendem aos proprietarios das piscinas, sacrificando, para êsse fim, estupidamente, milhares de exemplares, com gravissimo prejuiso para a futura povoação da ria.

Os previligiados que gosam da licença para êste vandalismo, que não podêmos atinar em que principio é baseádo, são os srs. Maximiano da Maia, Evaristo Ferreira

Patacão e Antonio, José e David de Deus da Loura.

A todos estes individuos, apezar da proibição absoluta e geral da pesca, não sabêmos porque lhe é concedido que cada um com uma bateira, possa pescar e destruir com a colheita que faz a creação que surpreender.

Pois o segundo e terceiro dos individuos referidos, não contentes com éssa licença. que é um ultrage á lei e uma provocação aos restantes pescadores, emprega nêsse serviço, muitas e muitas vezes, duas e três bateiras, duplicando assim o numero de barcos empregados em tal destruição, para a qual chamâmos a energica intervenção de s. ex.ª, o nosso presado e apreciavel amigo, sr. capitão do porto, no sentido da imediata supressão de tais licenças que não pódem subsistir por modo algum.

Conscios de que serêmos atendidos, não explanâmos mais as considerações que éste caso, absolutamente unico, bem merece, por o quanto êle representa de absurdo, violento e injustificado e que por isso não sabêmos como tenha sido superiormente consentido e autorisado.

"A Patria,,

Este nosso presado colége ovarense publicou no seu n.º de 21 de março um artigo sobre o Asilo Distrital de Aveiro e de mistura borda algumas considerações ácêrca da atitude do *Democrata* quanto a aquartelamentos.

Não lhe respondêmos hoje visto a sua promessa de voltar ao assunto esta semana. Mas responder-lhe-êmos porque, como muito bem diz o colége, *é possivel que da discussão, que hade ser serena*—não tenha duvidas—*resulte alguma utilidade para todos.*

Manifestações hostís

O povo do Porto mais uma vez manifestou o seu desagrado pela atitude de cérta imprensa para com as novas instituições, indo na segunda-feira ás redacções do *Diario do Porto* e *Jornal de Noticias* em frente das quais mostrou duma maneira iniludivel o que porventura fará se não houvér mais cuidado no modo de apreciar os homens e as coisas dêste país, que ha pouco mais de um ano apenas se desenvencilhou da nefasta monarquia.

No *Jornal de Noticias* chegou a ser quebrado algum mobiliário da administração assim como portas e vidraças não sucedendo bem o mesmo ao outro periodico por, a tempo, ter aparecido a força armada que fez dispersar o grande numero de manifestantes que se juntáram.

Brinquem com o fôgo, brinquem...

Uma especie de jornal que aí se publica afinádo pelo diapazão *patriotico* do *Capirote* e das *lidimas individualidodes da nossa terra* defensor, deu-lhe tambem para reparar nas horas de entrada e saída dos empregados da câmara, mas fêl-o com tanta infelicidade, que uma bota que o gazeteiro tivésse, das mais apertadas, lhe não custaría tanto a descalçar...

E' que lhe deram no *vinte*—o *jornalista* déve á câmara alguns mêzes da renda duma casa pertencente ao municipio, ao secretá rio uns cobresitos que êle lhe tem reclamado e por isso...

Não ponham mais na carta. O orgão das *lidimas individualidades da nossa terra* está no seu papel...

Obras Publicas

Porque é de todo o ponto justo, solicitâmos do sr. Director das Obras Publicas dêste distrito a maxima atenção para o modo como são feitos os pagamentos aos trabalhadores das diferentes secções, pois nos informam que tendo o sr. pagador obrigação de ir a todos os concelhos, ainda no dia 20 fez vir a Estarreja recebêr os salários a que tinham direito os trabalhadores de Oliveira de Azemeis, com a agravante de não ter pago aos que em pessoa se não apresentáram por afazeres ou outras circunstancias, que muito bem poderia ser a distancia que os obrigávam a percorrer individamente, mas que mandáram quem os representasse.

Ao sr. Costa Cabral pedimos, pois, providencias para que se não repita o que nos acabam de narrar e que sobre ser contrário ao regulamento constitue uma desumanidade para aquêles que, durante o dia, mourejam o duro pão da existencia.

Feira de Março

Devido ao bom tempo com que na segunda-feira fômos mimoseádos, foi grande a quantidade de gente que veio á abertura da feira, e de aí as importantes transações efectuádas em todos os ramos de negocio.

Só pelo caminho de ferro calcula-se que desembarcassem mais de 3:000 pessoas.

A PETULANCIA DUM TRAIDOR

Paiva Couceiro, chefe da quadrilha de conspiradores de além fronteiras, envia, de Tui, ao sr. dr. João de Menezes uma carta a que êste responde, dirigindo-se aos seus concidadãos.

Março, 18.

Il.mo Sr. Dr. João de Menezes:

Sigo a imprensa com bastante irregularidade. Todavia, nêste decorrido ano de ausencia, tenho lido quanto basta para constatar o sistêma de personalismo, denigridor e agressivo, que os homens da Republica entenderam adoptar na defaza das instituições.

Mesmo que as circunstancias m'o permitissem, não discutiria eu em tal terreno, porque o meu sistêma é diverso. E, quanto á minha pobre pessoa,—o que é que poderá valer para mim a gota de agua que sou, no meio do Oceano de tristezas e apreensões que me causam os destinos dêssa Patria,—tanto por mim amada,—com licença de v. ex.as?

E, demais,—e salvo, tambem, o devido respeito por v. ex.as,—não representam, seguramente as suas palavras, apaixonadas e interessadas,—a base critica sobre que haja de afirmar-se a sentença da justiça imparcial.

Assim não escreveria hoje esta carta, se não fôsse lêr no artigo de fundo (que por acaso me veiu ás mãos) da *Lucta* de 15 do corrente, determinadas insinuações, semelhantes a varias outras anteriores, mas com a diferença, importante para mim, de que esta vem selada com o nome de v. ex.ª

A insinuação a que me refiro, consiste nas palavras seguintes:

Pois não é o ultimo Bragança um réu de crime de traição? E não o sabem mesmo alguns dos mais cotados entre os conspiradores acampados na Galiza?

Lembra-se, talvez, v. ex.ª que aí pelos fins de 1910, ou principios de 1911, encontrando-me um dia na rua do Ouro (se não me engano), me disse aproximadamente a seguinte frase: *O ministro da guerra deseja dar-lhe a conhecer certos documentos importantes*, juntando v. ex.ª, depois, a este preambulo, alguns comentarios explicativos sobre a materia dos ditos documentos, e referindo-se nomeadamente ás provas existentes de que o senhor D. Manuel tentára adquirir o auxilio de couraçados alemães, a troco de cessões ou favores, com prejuizo do nosso dominio Colonial, e particularmente da Provincia de Angola.

Compreende v. ex.ª, como espirito honrado, que, em espiritos honrados, não passem em julgado libélo de tão grave natureza, sem prévio exame de provas autenticas.

Fiquei, pois, esperando que se efectivasse a anunciada intenção do sr. ministro da guerra. Mas esperei debalde.

Em 16 de março dirigi verbalmente ao mesmo sr. ministro da guerra,—para que transmitisse ao governo,—um apêlo que mais tarde se tornou público. Assistiu v. ex.ª a essa entrevista. Perante as minhas recriminações contra a marcha da administração pública, que estáva pondo em riscos a integridade nacional,—podiam v. ex.as ter tido a lembrança de cobrir as suas responsabilidades proprias, com a alegação das responsabilidades, ainda maiores, incorridas pelas intituições anteriores, recorrendo para isso ás apregoadas cartas.

Mas, nem no momento, nem nos dias subsequentes, que me demorei em Lisboa, tal lembrança lhes ocorreu.

Saindo de Portugal depois, começam a acusar-me, v. ex.ª inclusivé,—*de combater essa republica, apezar de conhecer a traição do Senhor D. Manuel.*

Pois muito bem. Pondo de parte a questão de saber o que terão os eventuais escritos do senhor D. Manuel, com a minha oposição contra *essa* republica,—dirijo a v. ex.ª,—considerando-o como espirito honrado,—a pergunta seguinte:

Parece-lhe digno de espirito honrado o acto de escrever a meu respeito tal como se eu estivesse na realidade consciente da exatidão de determinados factos graves, quando, por outro lado, nenhumas provas me fôram presentes dêsses determinados factos graves?

E convencido,—pela ideia que a seu respeito formo,—de que, pelo contrario, não acho digno de um espirito honrado fazer, sem alicerces, insinuações de tal categoría,—e convencido, por consequencia, de que só cométe esse acto partindo do principio de que existem, com efeito, e me fôram presentes as aludidas cartas do Senhor D. Manuel, contendo as propostas de transacção politica que acima se mencionam,—resolvo-me,—afim de acabar, se possivel fôr, com um equivoco que decérto repugna á lisura de v. ex.ª,—a pedir-lhe o favor de demonstrar-me por meio de provas competentes,—que não pódem ser outras senão os documentos originais, ou respectiva reprodução devidamente autenticada,—e de demonstrar tambem ao público,—junto do qual tem propagandeádo tão gràves acusações,—que de facto o Senhor D. Manuel tentou alcançar, do Imperio Alemão, auxilio de couraçados, em troca de cessões ou favores, com prejuizo do nosso dominio Colonial, e da Provincia de Angola em particular.

Fica v. ex.ª livre de responder, ou não responder, a este convite que lhe faço em nome de legitimos direitos.

Fico eu, por minha parte, livre de utilisar esta minha carta, conforme entenda, em correspondencia com o procedimento que v. ex.ª decida seguir.

Sou com subida consideração de v. ex.ª

At.º venr.

H. de Paiva Couceiro.

Nada tenho que responder ao comandante da gente que em 3 de outubro de 1911 saíu armada de territorio hespanhol e invadiu o nosso país para combater contra portuguêses. Devo, porém, dar, aos meus concidadãos, alguns esclarecimentos.

Começarei explicando que nunca disse haver D. Manuel solicitado ou conseguido para se garantir no trôno, qualquer apoio da Alemanha, nem que ésta nação se prestasse a negociações para os fins indicados. Tería feito uma afirmação destituida de fundamento.

O que disse foi:

Agora que já viu os documentos demonstrativos da existencia dos adeantamentos ilegais á familia real, e não póde ter dúvidas sobre os crimes financeiros da monarquia, quero tambem dizer-lhe que D. Manuel procurou o auxilio de estrangeiros para combater os republicanos.

O ministro da guerra quer fazer-lhe essa afirmação, e está em condições de a fazer porque conhece as provas da traição.

Eu nada mais podía afirmar, porque não conhecia os documentos apreendidos no Palacio da Pena.

No dia em que o signatario da carta formulou em resumo, ao sr. coronel Correia Barreto, a extraordinaria proposta, depois desenvolvida em documento de todos conhecido, aquêle sincéro republicano e integro patriota, confirmou a acusação por mim feita de que D. Manuel era um traidor. E confirmou-a com a energia e a convicção de quem sabia a verdade, embora não pudésse usar de documentos que, como homem de governo, estava inhibido de apresentar.

A sua palavra honrada era bastante. Déla não podia duvidar o oficial que combatêra pela monarquia, e que do ministro da guerra da Republica sómente recebera demonstrações de deferencia.

Não que o sr. coronel Correia Barreto assim procedesse para lisongear ou captar êsse oficial; mas porque, lealmente, queria demonstra-lhe que os republicanos não alimentávam rancores contra um adversario que supunham sincéro.

Via um homem abcecado em pugnar por um regimen criminoso; queria convencel-o de que êsse regimen não merecia que o defendessem.

A proposito do sucedido, houve quem atribuisse ao sr. coronel Correia Barreto falta de energia ou excesso de benevolencia. Nada mais injusto. Procedeu como um homem de bem. Pela sua, mediu a alheia lealdade.

O autor da carta quer os documentos comprovativos da traição de D. Manuel, ou copia autentica dêsses documentos. Doutra fórma não se convencerá do crime do seu rei e, naturalmente, em territorio estrangeiro, continuará organisando nova expedição, para entrar em Portugal a restaurar a monarquia.

Ora ninguem de bôa fé e mediano bom senso deixará de reconhecer que, se fôsse licito fornecer, a qualquer, copia dêsses documentos, êles já teriam sido publicados.

Abrir-se-ia agora uma exceção para o autor da carta? E para quê?

De resto, em termos formais, no manifesto do Directorio Republicano, publicado em 16 de abril de 1911, se diz o bastante para obstar a capciosos pedidos ou intimações, cuja grosseira trama se descobre sem esforço. Lê-se, com efeito, nêsse manifesto:

Quando seja permitido um dia, sem reservas facilmente justificaveis, e que o bom senso do povo compreende, fazer-se a historia da Monarquia Constitucional, sobretudo desde 1870 a 1910, a Nação horrorisada poderá medir a hediondez dum regimen, para cujos supremos representantes a conservação do trôno justificava mesmo a lei que não fôsse imposta pela vontade nacional.

Nesse dia, os nossos filhos julgarão dos que defendêram a monarquia e dos que defendem a Republica. Por mim não recearei que sobre a minha sepultura vão gritar que menti e caluniei, por ter jurado, como juro, pela minha honra, que D. Manuel quís vencer os republicanos portuguêses socorrendo-se do auxilio e da força dos estranjeiros.

Não o conseguiu, porque todas as suas tentativas resultaram infructiferas. Os tempos mudaram; julgava o rei deposto que 1910 era 1847. Enganou-se. Mas nem por isso merece menos o nome de traidor.

Alguem dirá que o comandante dos realistas acampados na Galiza, se tivésse visto os documentos comprovativos da traição de D. Manuel, não teria conspirado contra a Republica, e que, se os visse agora, desistiria da sua emprêsa.

Não o creio. E vou dizer porque. Em 18 de março de 1911, na mensagem dirigida ao Governo Provisorio da Republica, escrevia o mesmo individuo que escreveu a carta hoje publicada, estas palavras:

E se é verdade que motivos de interesse e de rivalidade internacional vos tem até agora conservado as relativas bôas disposicões do govêrno francês e principalmente do govêrno britanico—não é menos verdade que se encontram suscitadas contra vós as mais vontades activas e declaradas—da Espanha, a quem incomoda e contraría a visinhança proxima de irrequietismos sugestivos dentro de instituições diversas das suas—*e da Alemanha, que julga asádo o ensejo para a partilha do nosso patrimonio colonial, previsto pelo seu antigo acôrdo com a Inglaterra.*

Ambos êsses adversarios trabalham, e nem os interesses da nossa monarquia castelhana, *nem a resistencia da pressão alemã junto do govêrno inglês, no sentido dos seus ambiciosos projectos,—constituem decerto segredos para vós.*

Pois bem! Para onde foi conspirar contra a Republica Portuguêsa o homem que estas palavras escreveu?

Para Espanha.

Donde saiu êle, comandando gente armada para combater os portuguêses?

De Espanha.

Não ha que discutir. Nem mais uma palavra sobre o homem; nem mais uma palavra sobre a carta.

João de Menezes.

No proximo numero:

A semana santa
de O DEMOCRATA

Espertezas...

Com o mesmo sistêma de anuncio empregado para prevenir o público da proxima chegada de qualquer companhia de cavalinhos, anuncia o *respeitavel* orgão dos srs. Cherubim Vale Guimarães e José Maria Barbosa, para muito bréve, a aparição dum livro, no qual Jaime Duarte Silva (?) *demonstrará a maldade de muitos levando as suas infamias ao sequestro da sociedade, durante longos mezes, de* **cidadãos probos e honestos.**

E a seguir, em letra gorda: —*brévemente—quem são os criminosos*—dizeres com que abre a palpitante nova aos seus leitores!

Por aquélas simples palavras anunciadoras, ficâmos inteirádos da *verdade* e *escrupulo* com que a historia deverá ser feita, historia na qual se demonstrará como fôram sequestrados *cidadãos probos e honrados*, do convivio social.

Ora venha de lá isso para documentar mais uma vez até onde chega a petulancia e o descaramento dêssa corja ignobil, ás ordens do *Mijarêta*, que se quer e a quer impingir por... bôa!!!

O honrado autor do opusculo,—dizemos opusculo por palpite—é muito capaz de tentar provar que quem importou, pagou e distribuiu as armas para o almejado dia destinado ao triunfo do *reviralho*, fômos nós e as autoridades da cidade...

De mistura com ésta sensacional nova, o palerma escrevinhador, pretendendo tingir-nos, chama-nos *burros*, a emérita cavalgadura, porque reproduzimos o que se passou e deu ácêrca do recurso dos *cidadãos probos e honrados*, para o Supremo Tribunal, que, de facto, esse Tribunal **julgou e negou!**

Esta é que é a verdade, embora tente o escrevinhador deturpal-a, pretendendo tambem atenuar quanto dissémos sobre as visitas que funcionarios públicos fazem a inimigos das instituições.

Nós não pedimos a cabeça de ninguem, apontámos apenas factos, que afinal não são desmentidos, antes confessados, e apenas vem provar a constante provocação e arreganho com que se desrespeitam, não só as instituições, como a propria norma de regular conductas que deviam impôr a si proprios aquêles que, como o escrivão Flamengo, estão em igualdade de circumstancias.

Se o caso que com esse individuo se passou fosse na razão inversa; se Jaime Duarte Silva manobrásse de acôrdo com o Conde de Agueda, o que teria sofrido o escrivão Flamengo e qual teria sido o resultado final da acusação que lhe foi feita?

Apareceriam testemunhas de vista, para tudo quanto fosse preciso e o Flamengo sofreria o que não sofreu agora, pela protecção dos proprios republicanos, que êle e todos nós bem sabêmos lh'a dispensaram com todo o empenho e solicitude.

O livro do *Mijarêta* dirá isso?

Não o dirá, por cérto, pois o livro só tem um fim: provar mais uma vez quanto vale o seu autor e a sua gente e de que todos são capazes.

Venha êle que nós cá estâmos.

Desordem

Entre varios pescadores e soldados de cavalaria 8 houve no domingo, perto do anoitecer, uma gràve desordem de que resultou ficárem feridos os srs. Jeronimo Gonçalves Andias ou Jeronimo Grande, como é mais conhecido, e Manuel Florim.

O caso passou-se na Praça do Peixe onde nos dirigimos a colher informes sobre os motivos que lhe déram origem, mas tão desencontrádas eram as opiniões que ouvimos, que desde logo determinámos nada mais acressentar a esta simples noticia senão uma nota que presenciámos e impressionou toda a gente que do facto foi testemunha: a coragem, a valentia e a bravura com que um dos militares se defendia dos que o procurávam agredir.

No local do conflito juntou-se muitissima gente que depois acompanhou os soldados, presos por oficiaes, até ao quartel, onde ficáram detidos á espéra do apuramento de responsabilidades.

Editaes

Para os que na secção respectiva vão publicádos da câmara municipal de Aveiro chamâmos a atenção dos nossos leitores do concelho a quem especialmente interessam.

"Phospho-Nourishing,,

E' uma nova marca de farinha alimentar recentemente introduzida no mercado e que, compondo-se unica e exclusivamente de substancias que entram na nossa alimentação, se indica como um dos melhores reconstituintes pela valiosa acção dos fosfátos que entram na sua composição.

Está naturalmente indicáda para creanças, convalescentes, amas e pessoas edosas e pois que o seu fabríco é da mais absoluta confiança não têmos duvida em propagar a sua utilidade recomendando-a a todos aquêles que se achem nas condições de fazerem uso déla.

Batalhão de Voluntarios

Têve no domingo o seu primeiro exercicio de tiro, dêste ano, na carreira da Gafanha, uma das companhias de Voluntarios, que para o local se dirigiu ás 7 horas sob o comando do sr. tenente Ruéla, regressando depois das 14.

A marcha fez-se debaixo da melhor ordem, assim como não podia ser mais satisfatório o resultado da instrução dêsse dia em que voluntarios houve que se reveláram verdadeiros atiradores.

Sessão da Comissão Administrativa Municipal d'Aveiro, de 21 de março de 1912.

Preside o cidadão dr. Luís de Brito Guimarães, comparecendo os vogaes Manuel Augusto da Silva, Pompilio Simões Souto Ratola e Manuel Rodrigues Teixeira Ramalho, que aprovaram em minuta a acta anterior, e tomaram as seguintes deliberações:

Deferir as petições de Antonio Maria dos Santos Freire, professor aposentado, désta cidade; Francisco Rebelo, morador na rua Candido dos Reis; Joana Luisa, da rua de S. Roque; Ana de Jesus Farto, da rua de S. Sebastião; Manuel da Silva Diogo, de Sarrazola e Manuel Lopes das Neves, da Forca, todos para construções;

Do chefe dos trabalhos municipaes para lhe ser concedida licença sem vencimento até ao fim do corrente mez;

De José Andias, désta cidade; e Amelia Antunes Salazar, aqui residente, para atestados de pobreza, que a comissão paroquial da Vera-Cruz justificou;

Do comissariado de policia do distrito para que se subsidie um dos dois gêmios de Maria Gonçalves, residente nésta cidade; e

De Otilio dos Prazeres Rodrigues, de Aveiro, para atestado de comportamento moral e civil, que a câmara julgou bom.

Mais resolveu:

Aprovar as condições elaboradas para a nova arretamação do abarracamento da Feira de Março;

Modificar o art.º 23 das posturas da mesma Feira tornando extensivo ao ultimo dia do mez de fevereiro o praso para o pedido de barracas, praso que ia só até quinze daquêle mez;

Solicitar do comando de infantaria n.º 24 a autorisação necessaria para a banda daquêle corpo tocar no Rocio durante a época da Feira e nos dias apropriados;

Fazer transportar para ali os bancos que dos passeios publicos é costume destacar para aquêle local por esta ocasião;

Proceder á venda da ramagem extraída das arvores podadas, anunciando a arrematação para o dia 25 do corrente;

Mandar vistoriar todos os predios que na cidade se encontrem em más condições de segurança, para intimar os seus donos a procederem á respectiva reparação, nomeando para esse exame os peritos José Maria das Neves, José Marcos de Carvalho e Carlos Mendes, a quem será dada comissão bastante; e

Entrar em transações com José Marques Ferreira para a cedencia que êle pretende de terrenos no Senhor das Barrócas.

S. THOMÉ

Áquêles dos nossos presádos assinantes da importante possessão ultramarina, que, tendo sido avisádos pelo correio para pagarem a sua assinatura, o não fizéram por qualquer circumstancia, rogâmos a finêsa de nos remeterem os seus débitos em vale, o que muito agradecêmos nésta ocasião, destináda á cobrança do ultramar.

VENTOSAS

GLORIA AO MÉRITO

Um homem notável

J. M. B.

(Do *Democrata*)

Nem sempre o mar é de rosas!
....
...... *ó náta dos Barbosas!*
consente pois ....
.......*te aplique umas ventosas...*

.... *bons amigos*
....
se é certo, todavía, ...
que já gretaram meus beiços
.... *comendo tu os figos...*

adeante........................
.... *a tudo o meu perdão:*
.... *ao busto que na escada*
serviu de guarda-portão
.... *ás barbas tolstoianas...*

.... *á tua talassice,*
ao comicio da Fogueira,
onde,... perdôa ....
.... *disséste tanta tolice*
que azaranzei da caveira.

Mas, palavra ....
.... *vou jurar-te*
.... *ó Barbosa!*
o que eu não sei perdoar-te
é que sejas da Murtosa...

* * *

UM FESTEJADO...

Como previamos, causou agradavel impressão entre os *colégas* do sr. José Maria Barbosa a *homenagem* que, a proposito do seu aniversario natalicio, o *Correio de Aveiro* lhe prestou, com parabens escritos pelo seu proprio punho e retrato mandado fazer e inserir pelo *modestissimo* proprietario e editor do *orgão* da Praça Luiz Cipriano.

Em Aveiro é assim: os *homens de talento*, á falta de quem os elogie, elogiam-se êles a si mesmo para não morrerem esquecidos e fazerem figura entre os alonsos que se extasiam diante da sua incomensuravel *inteligencia*.

Com o que talvez o sr. José Maria não contasse era com a troça que da sua pessoa fazem dois *colégas*, que tinham obrigação de o tomar a sério porque lhe conhecem o génio e o feitio... São o *Correio de Angeja e Albergaria* e *Os Successos*, jornais em que o *glorioso escritor* já colaborou e que assim lhe pagam, com ingratidão, as produções do seu *folgentissimo talento*.

Vêja-se o que diz o primeiro:

José Maria Barbosa

No ultimo domingo, o nosso presado colēga *Correio de Aveiro*, publicou um numero especial com o retrato do seu redactor e administrador—o nosso querido amigo José Maria Barbosa, distincto empregado superior da agencia do Banco de Portugal, em Aveiro.

Ao querido amigo José Maria Barbosa, o vigoroso e admiravel polemista, um grande apostolo da Verdade, uma alma purissima de bondade e com todos os sentimentos que enobrecem o homem, enviâmos um abraço afectuoso pela homenagem que o *Correio de Aveiro* sincéramente lhe prestou na ocasião do seu aniversario natalicio.

E agora o outro:

Parabens

Enviâmol-os ao nosso vélho amigo, sr. José Maria Barbosa, pelo seu aniversário natalicio, que passou a 15 ultimo.

Solenisando essa data, o *Correio de Aveiro*, de que é inteligente proprietario e editor, publicou o seu retrato, aliás muito expressivo e fiel.

Se não conhecessemos bem de perto e desde creança o homenageado, poderiamos, pelas noções fisiologicas que se destacam, avaliar um carater. Mas não carecemos de olhar para um retrato, que apenas exteriorisa a fisionomia. Fixamos, com os olhos da alma, o carater individual e moral de José Maria Barbosa, resaltando-nos imediatamente duas qualidades: a inteligencia e a honradez.

Tem-se-lhe querido amesquinhar a individualidade, mercê de uns pruridos de principios politicos; mas aquélas perfulgentes qualidades, aquêles inátos dótes, não conséguem ofuscar-lh'os, porque acima de tudo está a nitida expressão da justiça.

Com quanto não caiba numa saudação de *parabens* relembrar tristezas, o amigo de infancia relevará que lhe façamos justiça, acentuando, aliás com intenso pezar, que a aza da desdita o tem ferido impiedosamente, já no seu amôr paternal, morrendo-lhe uma idolatrada filhinha, tuberculosa, aos 18 anos, já nos seus afectos conjugaes, falecendo-lhe a esposa bem amada, creando-lhe assim uma atmosféra árida, fria, por vezes inconsolavel.

E êle, que é duma structura impressionavel e impressionante, por certo teria sucumbido, se não fôra o intenso amôr que vota aos filhinhos que, vergados ao pezo da orfandade, ainda assim o estremecem e enchem de enternecedores carinhos.

Se, nésta ordem de ideias, deixássemos deslisar a penna e falar o coração, muito e muito poderiamos dizer de José Barbosa.

Como, porém, não estâmos a fazer uma biografia, mas a traçar duas linhas de parabem pelo seu aniversário, quanto podiamos mais dizer do aniversariante, sintetisamol-o num intimo e fraternal abraço, fazendo sincéros votos por que de hoje a outros tantos anos lhe possamos dizer:

—Cá está o mesmo amigo a felicitar-te.

Vale-lhes, talvez, aos dois confrades, o sr. José Maria ser duma *structura impressionavel e impressionante;* porque se não fôra isso nós queriamos vêr se êle atirava ou não com a albarda ao ar, *como se costuma dizer...*

Novo contador

Por virtude da aposentação de seu pae, o sr. dr. Joaquim Manuel Ruéla, acába de ser colocádo na comarca de Aveiro, como contador, o nosso bom amigo, dr. Alberto Ruéla, oficial do registo civil em Castélo de Paiva.

Os nossos parabens.

Correspondencia de Alquerubim

Não é do nosso solicito correspondente habitual désta freguezia a carta que no ultimo n.º aqui foi publicada e na qual se faziam referencias ás obras da egreja. Essa carta tem a nota de *particular* o que tanto basta para ilibar o sr. Mendes Leal de quaisquer responsabilidades que lhe possam atribuir.

Aguas da Curía

Chegou-nos pelo correio o relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativo á gerencia de 1911, da importante sociedade exploradora das Aguas da Curía por onde nos foi dádo conhecer o gráu de desenvolvimento que tem tido esta instancia termal do nosso distrito.

As Aguas da Curía, muito semelhantes ás de Contrexéville e Vitel, na França, estão sendo já bastante procurádas por toda a parte, sendo notável a quantidade de curas operadas nos gotósos e artriticos que as procuram e frequentam, na época propria, no local da sua colheita, proximidades de Mogofôres.

No proximo numero:

A semana santa de "O Democrata,,

O *Aveirense*, vendo que não achára quem o comprasse, arrancou os escritos do frontespicio e arrebitou a orelha esquerda...

Efeitos da *mosca?* Talvez. Mas então um poucochinho de amoniaco, que tambem tem a propriedade de fazer passar as bebedeiras...

Penhores

Correm uns zuns-zuns ácêrca da maneira como são feitas determinádatransações na Caixa Economica de Aveiro e que, a ser verdade o que nos afiançam, é caso para pôr de sobreaviso os que, por necessidade ou mesmo por conveniencia, a éla recorrem sem saber os *usos e costumes* empregádos nos contratos.

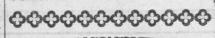
No proximo numero e mais de espaço falarêmos.

Match de foot-ball

E' esperádo no domingo nésta cidade um numeroso grupo de socios do *Club Figueirense*, que na grande esplanáda do ilhote do Côjo realisará um *match de foot-ball* entre o seu *team* e o do *Club Mario Duarte*, que, segundo consta, lhe prepára uma festiva recéção.

Por causa das duvidas...

Suspendeu ontem a sua publicação o *Diario do Porto*, cujo director, o sr. Antonio Claro, apezar da capa de *republicano historico* com que se cobria, conseguiu vêr contra si voltados os verdadeiros defensores da Republica.

E' caso para dar pêzames aos *sincéros patriotas* que dêle transcreviam.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

MARÇO	
DIAS	PHARMACIAS
31	LUZ

NOTAS DA CARTEIRA

Consorciou-se em Nariz com a sr.ª D. Angelina Domingues Moreira, professora oficial daquéla freguezia, o nosso simpatico amigo, sr. José Martins Alberto, tambem de ali proprietario.

Testemunharam o acto do registo, que foi feito em casa dos noivos, a sr.ª D. Ana Augusta Dias, professora na Palhaça, Maria Nunes Branco, Joaquim Ferreira das Neves, Luís Tomaz Vieira, Manuel de Oliveira Alberto, Sebastião de Oliveira Cavadas e Manuel Mauricio Junior.

Com os nossos parabens vai o desejo ardente de que sejam muito felizes.

= Visitou-nos nésta redacção, o sr. Antonio Martins dos Santos, republicano antigo, de Malhapão, e por conseguinte dos que á causa mais serviços têm prestádo no logar donde é natural

Estimámos conhecel-o e agradecêmos os seus cumprimentos.

= Partiu de novo para Matadi o nosso amigo sr. Fernando Correia de Oliveira, empregádo numa das principaes casas comerciaes do Congo Belga.

Bôa viagem.

= Estivéram em Aveiro os srs. Casimiro de Almeida Barreto, residente em Vila Nova de Gaia; dr. Carlos Alberto Ribeiro, medico em Vagos; dr. Marques da Costa, deputado; dr. Isaac Ribeiro, oficial do registo civil em Sever do Vouga; Manuel Silvestre, de Nariz; dr. Samuel Maia, de Ilhavo; D. Armanda Souto; Manuel Pereira da Silva, de Angeja; juiz Pereira do Vale; Francisco de Almeida Eça, de Estarreja, etc., etc.

= Com sua esposa seguiu a passar alguns dias na sua casa de Albergaria-a-Velha, o nosso presado amigo, dr. Eduardo Silva, digno professor do liceu.

CORRESPONDENCIAS

Palhaça, 18

A ligação com Aveiro dos tres concelhos que presentemente estão, por assim dizer, sem telegrafo, por que para uma simples pergunta que tenha de se fazer de qualquer ponto dêles—Oliveira do Bairro, Mealhada e Anadia, demora seis horas, e em muito menos tempo vae e vem um portador, de maquina ou de carro—não deve ter outro destino que não seja da estação da Palhaça á Costa do Valado, fazendo-se a ligação ao caminho de ferro, ali á Bessada ou que vá mesmo directamente da Palhaça á Costa do Valado. A Palhaça dista 5 kilometros da Bessada e 8 kilometros da Costa do Valado, gastando-se com este melhoramento, que vae servir bem tres concelhos, uma bagatela de 25$000 reis, mais que menos que, fazendo-se a ligação mesmo da Palhaça á Costa do Valado, que é a maior distancia. Porque tendo-se oferecido os postes para esta ligação, a Direcção Geral só tem a fornecer o fio e isoladores com um ou dois empregados, e, apesar dos 5 kilometros da Palhaça á Bessada, é, me parece, maior distancia da Bessada á Costa do Valado, isto é, fazendo-se a ligação pela Bessada é, talvez, preciso mais fio do que indo directamente da Palhaça á Costa do Valado, que se ha prejuizo é só para os fornecedores dos postes, mas, nêste caso, ninguem tenha pena de nós que os oferecemos.

Ha um teimoso e máu—o tal informador do conto de reis, que sómente por odio a alguem da Palhaça, dando mesmo a conhecer que não é nada amigo désta freguezia, e só por isso, informou o sr. governador civil duma despeza errάda com a ligação, provando a sua falta de seriedade, e que, como alto funcionario, o sr. governador civil tem de ter muito cuidado, pondo-o até de parte por suspeito. Quem diz que a ligação, que é justa, terá de fazer-se de Oliveira do Bairro á Costa do Valado e não da Palhaça, não é patriota.

O informador e alto funcionario público se teve a pouca vergonha de falar num conto de reis na ligação da Palhaça á Costa do Valado, de Oliveira seria preciso, pelo menos, um conto e quinhentos, e parece que esta opinião está em contradição com aquéla que o célebre informador diz *que todo o bom democrata não deve pedir ao governo nem cinco reis para melhoramentos.* Mas para se vingar de um povo grande que é o dos tres referidos concelhos e que mal nenhum lhe fez, estamos disso convencidos, e por que visse no sr. governador civil bôa vontade de atender a tão justo pedido, dá a sua ex.ª uma informação tal que lançou o sr. Ribeiro de Almeida no silencio e no desanimo.

E porque? Porque o sr. governador civil estava plenamente convencido que tal homem, que mais parece um doido, lhe dava a mais séria informação, que podia colher-se de um homem de representação social, como é o tal célebre informador.

Mas não; aconteceu precisamente o contrario. O sr. governador julgou chamar para o informar um homem sério e chamou... eu sei lá quem!—um homem de bonita posição, mas um traidor do povo que representa os tres concelhos já referidos, que não sabe quem é o tal informador, por lhe ocultarmos aqui o nome; mas socegue o povo dos concelhos de Oliveira do Bairro, Mealhada e Anadia que o vem a saber, e então lhe agradecerá e nos dirá se temos ou não razão para chamar ao informador, doido, ignorante e traidor!

E como nós nos temos na conta de um verdadeiro democrata, amigo do progresso e da economia ao mesmo tempo, o govêrno não póde deixar de atender a tão justo pedido e de aceitar a oferta dos postes da Palhaça á Costa do Valado, oferta que o sr. governador civil foi auctorisado a fazer em nosso nome ou no da freguezia.

Fazer-se o contrario, é um erro crasso que não honra ninguem que o pratique, e a todos será licito pensar que os dirigentes do país deixam de administrar para esbanjar. Não se iluda o sr. ministro do Fomento nem mesmo o sr. Antonio Maria da Silva, com quem o celebre informador do conto de reis se póde intender. Justo, simplesmente aproveitavel, é o pedido do sr. governador civil de Aveiro, que é a ligação do fio da Palhaça á Costa do Valado com o oferecimento dos postes, gastando o govêrno a bagatela de 28$000 reis.

Crêmos que não será preciso voltar ao assunto tão claro êle está aos olhos dos dirigentes.

C.

Anadia, 24

Havia já alguns mêses que nêste concelho estávamos sem administrador, cujo logar era desempenhado pelo sr. presidente da câmara, depois que, a seu pedido, foi demitido o nosso amigo, Antonio Teixeira, que por quasi um ano se houve naquêle cargo com muita imparcialidade e competencia.

Ha tempos, porém, varios amigos dêste cavalheiro levaram-no com as suas insistencias a resolver-se novamente a assumir aquélas funções, tendo-o tambem instado o proprio governador civil, a quem as comissões daqui haviam solicitado a sua nova nomeação.

Acaba, pois, de se verificar o estranho caso de o sr. governador civil deixar de cumprir a sua palavra tanto mais empenhado quanto é cérto que êle proprio havia insistido para que aceitasse, e bem assim mais uma vez se vê que a vontade do pôvo, representada nas suas comissões, não é atendida, porque a folha oficial trazia ha dias a transferencia do sr. Joaquim do Carmo Ferreira, da administração de Sernancelhe para a daqui.

Este cavalheiro tendo chegado a esta vila no proximo passado dia 22, foi em seguida apresentar-se ao sr. governador civil, tendo ontem tomado posse á qual assistiram muitas pessoas.

= O sr. dr. Julio Sampaio, que a administração dêste concelho indigitou para presidente da Comissão Concelhía dos Bens Paroquiais, pediu a sua demissão ha poucos dias perante a Comissão Central da Execução da Lei da Separação, sendo aceite e em logar de s. ex.ª nomeado o sr. dr. Antonio Cerveira de Melo, advogado désta comarca.

Crêmos que este sr. em bréve fará instalar a comissão, a que acaba de pertencer, porque, achando-se nomeáda já ha mêses, de nada tratou ainda, com gráves prejuisos, pois é certo que muito tem havido do que se devería ter ocupado, para integral satisfação do mistér a que é destinado.

C.

Alquerubim, 23

Em 29 de setembro do ano passado apareceu fogo no edificio escolar désta freguezia, danificando o salão da aula do sexo masculino.

Deu-se parte para a Inspeção escolar, e de aí a dias veio aqui um engenheiro vêr os estragos e fazer o orçamento para a reparação. A papelada foi para Lisboa e até hoje... estamos á espera. Se não estivéssemos *no país da papelada*, este concerto já podia estar pronto ha muito tempo, porque um carpinteiro daqui, em poucos dias de trabalho, e por pouco dinheiro, tinha feito esta obra, sem tantos encomodos, que virão a custar dez vezes mais. Emfim... vamos esperando, até que alguem se resolva mandar proceder a este reparo que é de urgencia.

O professor já por mais duma vez pediu providencias ao ex.mo Inspector dêste circulo escolar, o qual se tem empenhado para que o concerto seja feito.

Coisas pequenas a que não vale a pena prestar atenção.

= Parece que a primavera nos quer dar uns dias de sol, para os lavradores poderem concluir os seus trabalhos. O inverno, se continuava mais algumas semanas, reduziría o globo a uma bola de lama.

= Continuam paradas as obras da egreja o que é causa do descontentamento geral do povo désta freguezia, por aquéla ameaçar ruina.

C.

Pinheiro, 25

Realisou-se em Angeja, no sábado passado, no respectivo tribunal, o julgamento duma acção de pequenas dividas que o farmaceu-

12

Primeiro, disse-me este oficial que as tropas estavam fatigadissimas, contestando-lhe eu que não me parecia ser tanto assim, e que portanto transmitisse ao seu comandante as ordens que eu lhe dava em nome do quartel general.

O tempo passava e a brigada não se movia!

Novamente chamei o mesmo oficial, que me disse, désta vez, que as tropas estavam com fome. Pedi providencias ao quartel general, e ao mesmo oficial disse que podia a brigada seguir ao seu destino porque aí encontraria mantimentos.

Continuando a imobilidade da brigada, mais uma vez me dirigi ao oficial, que então me expôz a dificuldade de transito pelas ruas, que se encontravam coalhadas de revolucionários. Respondi-lhe que ustava em completo erro e que, sob minha palavra de honra lhe afirmava que, seguindo pela calçada da Estrêla, rua de S. Bento e rua de S. Marçal, ou qualquer outro caminho para o lado sul, nenhum obstaculo encontrariam.

Mais um lapso de tempo e a brigada sem marchar!

De novo me ponho á fala com o referido oficial, que me afirmou estarem á vista os revoltosos deitados nas ruas e de espingardas apontadas.

Muito magoado reconheci, ao cabo talvez de duas horas de insistencia, que não se podia contar com aquéla brigada para defeza da causa monarquica. Assim o comuniquei ao quartel general ficando convencido pelas respostas da pessoa com quem falei, de que o facto já era ali conhecido.

* * *

Emquanto isto se passava, do mesmo quartel general recebi ordem para mandar para a Estrêla, a fim de defender o Paço das Necessidades, uma companhia e um esquadrão. Respondi não ter á minha disposição tais forças, pedindo me indicassem quais os pontos em que se encontravam as guardas, que pudéssem ser desguarnecidos.

Disse-me, então, o chefe do estado maior que podia mandar a 3.ª companhia, guardando ao tempo a estação telefonica da companhia inglêsa, e que ao Carmo me mandaria o 2.º esquadrão, que se encontrava junto do quartel general.

Foi néssa ocasião e assim, por acaso, que tive conhecimento de que o ministerio havia mudádo da casa do sr. Teixeira de Sousa para o quartel general.

Ao receber aquéla ordem objectei que não se encontrando el-rei no Palacio das Necessidades, talvez fosse desnecessaria esta deslocação de tropas, sendo-me contestado que assim se tornava preciso para evitar qualquer assalto e referido Palacio.

* * *

A companhia e o esquadrão marcharam ao seu destino. Ao mes-

9

liado por um pelotão do regimento de cavalaria 2, que passava então por aquêles sitios.

Esta companhia foi, mais tarde, mandada reunir ao grosso das forças de defêsa do Palacio das Necessidades.

* * *

Emquanto êstes factos se passavam, de quasi todos os quarteis eu era prevenido de que se estávam efectuando prisões de gente armada que aparecia em redor dos mesmos. Tratava-se, evidentemente, dos revolucionarios civis encarregados de impedir ás tropas a saída dos quarteis, segundo o plano préviamente concertado e de que, como anteriormente digo, tinha sido prevenido.

Os de Alcantara informam-me de que, no quartel de marinheiros, se dava bastante movimento, sem comtudo haver grande barulho, notando-se á vezes um ou outro tiro e gritos abafados.

Pela madrugada, e sem poder precisar por quem, chegou até mim a informação de que a artilharia revoltada havia desbaratádo, na Avenida da Liberdade, um esquadrão da guarda municipal, que necessáriamente devia ser o 4.º

Ao passo que todos estes factos se iam desenrolando, assim os comunicava ao quartel general, e por esta altura lembrei que achando-se a 3.ª companhia e o 2.º esquadrão postádos em S. Sebastião da Pedreira, junto á habitação do sr. presidente do conselho, poderiam, sem prejuizo do serviço que estavam prestando, obstar a que a artilharia revoltosa tomasse posição no alto da Avenida.

* * *

De Alcantara sou informado que chegára ali, de Queluz, a artilharia a cavalo. Sendo indiscutivel que o principal objectivo dos revoltosos era o Palacio das Necessidades, e considerando de suma conveniencia afastar os revolucionários, que durante a noite se tinham reunido no quartel de marinheiros, assim o disse para o quartel general, a fim de que se aproveitásse a estada naquêle ponto da artilharia fiel. Responderam-me que sua ex.ª o general resolvera mandar atacar em primeiro logar a artilharia revoltosa postada no alto da Avenida, reservando para de tarde o ataque ao quartel dos marinheiros.

A artilharia revoltosa postáda na Rotunda tinha já começado o seu fogo e não poucos projecteis se ouviam sibilar, passando por sobre o quartel do Carmo, que evidentemente era alvejádo, porém com má regulamentação de tiro.

No quartel do Carmo apresentaram-se-me dois ou tres soldados de cavalaria, informando de que o encontro com a artilharia revolto-

tico daqui litiga com o sr. Manuel Martins Junior.

Ficou de sobêjo provado por grande numero de testemunhas e até pela propria confissão do advogado do réu, que êle devia, mas não pagou porque não lhe foi explicado, verba por verba, a que diziam respeito.

Esta razão é peregrina, mas como a verdade ficou estabelecida, aguardarêmos o resto para apreciarmos, devidamente, o decorrêr da questão, da qual não foi, que saibâmos, ainda dada a sentença pelo ilustre juiz de Paz.

Foi advogado do autor, o sr. dr. André dos Reis, que não só no decorrer do julgamento como na sua oração final, explanou de tal fórma a questão, esclarecendo-a tão completamente que não ficou sombra de duvida no espirito de todos os presentes, e disso bem se resentiu o famoso advogado do réu na sua triste o pobre oração.

=Deu á luz uma menina a esposa da nosso bom amigo, Manuel Lopes, das Azenhas.

Muitos parabens.

=Voltaram os bélos dias, que teem sido aproveitados com desusada faina no cultivo dos terrenos que estavam atrazadissimas pela persistente inverneira.

C.

Ois da Ribeira, 26

Mais uma vez foi infeliz o correspondente de gazetas cá da terra, quando afirma que sômos e é afonsista o Centro que aqui sustentam os nossos correligionarios dedicádos e que êle com tão maus olhos vê, unicamente por ser inimigo figadal dos republicanos. O bacôco! Com que então afonsistas nós, que só têmos trabalhado em beneficio da Patria sem nos preocupar-mos com a distinção de homens que muitos pretendem fazer? Ora valha-o Deus, sr. Joaquim... Os republicanos désta terra ainda não déram a sua adesão a êste ou áquêle grupo politico. Acham até que isso foi um passo em falso dado por quem nunca o deveria ter feito atenta a situação que disfrutava entre os revolucionarios portuguêses. O sr. Joaquim sabe a quem nos querêmos referir...

De resto deixêmos á vontade dizer o sr. Joaquim que depois que é correspondente do jornal é êsse o mais lido aqui na terra.

Póde vir a ser um dia; mas agora tire lá o cavalo da chuva que lhe molha os arreios.. Se não são os afonsistas que por enquanto nos não arrancam e aos bons republicanos, da resolução tomáda de não enfileirarmos a seu lado, muito menos os almeidistas conseguirão êsse *desideratum* porque nem sequer programa teem que sedusa.

C.

Câmara Municipal de Aveiro

EDITAL

Numeração de predios

Luís de Brito Guimarães, presidente da Camara Municipal de Aveiro:

FAÇO saber, em cumprimento de deliberação tomada pela Camara da minha presidencia, que é posta em vigor, para ter imediata execução, a seguinte postura sobre numeração dos predios da cidade:

POSTURA

Artigo 1.º—Os proprietarios de casas dentro dos limites da cidade e confinando com a via publica são obrigados a mandar numerar as mesmas, para o que dévem solicitar da câmara a indicação do respectivo numero sob pena de 1$000 reis de multa.

Artigo 2.º—A numeração será renovada sempre que estiver ilegal sob pena de 1$000 reis de multa.

§ unico.—Para a renovação de numeros, não se torna necessario requerimento.

Artigo 3.º—As casas actualmente numeradas, terão de regularisar a actual numeração, pelas indicações do presente regulamento, sob pena de 500 reis de multa.

Artigo 4.º—Esta postura entra imediatamente em vigor, e passados tres mezes da data da sua publicação, a câmara mandará fazer a numeração de todos os predios que a não tenham, incorrendo os seus proprietarios na multa de 10$000 reis por cada predio.

Regulamento

Artigo 1.º—A numeração tomará origem no braço da ria que atravessa a cidade, na direcção *Poente-Nascente*, e a divide em duas partes, uma ao Norte, outra ao Sul.

Artigo 2.º—Na parte *Norte* (freguezia da Vera-Cruz) a numeração das casas, em ruas perpendiculares ou obliquas á ria, deverá fazer-se do *Sul* para o *Norte;* e nas ruas paralelas, de *Poente* para *Nascente.*

Artigo 3.º—Na parte *Sul* (freguezia da Gloria), a numeração será feita no sentido inverso ao indicado no artigo antecedente.

Artigo 4.º—A numeração de casas em ruas, travessas, ou vielas, far-se-ha por numeros impares; os primeiros á esquerda da origem e os segundos á direita; e nos largos, praças ou caes a numeração será seguida e iniciáda como nas ruas paralélas á ria.

Artigo 5.º—A cada casa corresponde um numero, que deverá ser colocado sobre a porta principal, colocando-se sobre outras portas, se as houver, o mesmo numero seguido das letras alfabéticas, a começar na primeira até á que fôr necessária.

§ unico.—Os edificios públicos pertencentes ao Estado não receberão numero.

Artigo 6.º—As casas que tivérem frentes para duas ou mais vias públicas, receberão o numero por todas essas ruas.

Artigo 7.º—Aos terrenos que façam face com a via pública, onde não haja edificações, corresponderá um numero por cada sete metros.

Artigo 8.º—A numeração de predios, que estejam separados da via publica por onde tenham serventia, por muro ou gradeamento, deve fazer-se segundo as disposições dos artigos 5.º, 6.º e 7.º

Artigo 9.º—O numero póde ser de qualquer material duravel, comquanto os numeros se destaquem com nitidez.

§ unico.—Os algarismos não devem ter menos de 0,ᵐ10 de altura.

Artigo 10.º—Para facilidade na execução e bôa interpretação dêste regulamento, o chefe dos trabalhos municipais dará aos municipes esclarecimentos verbais e indispensaveis.

Aveiro e Secretaría municipal, aos 14 de março de 1912.

O Presidente da Câmara,

Luís de Brito Guimarães.

EDITAL

Luís de Brito Guimarães, presidente da Comissão Municipal Administrativa do concelho de Aveiro:

FAÇO saber que, por deliberação tomada pela câmara da minha presidencia em sua sessão de 7 do corrente e de harmonia com a autorisação que para isso lhe foi dada pela estação tutelar competente, serão postos em arrematação, que se verificará no dificio dos Paços do concelho, e pelas 11 horas da manhã do dia 11 de abril proximo, os terrenos de São Jacinto compreendidos na área solicitada por José da Silva, e cuja planta se encontra arquivada na secretaría municipal.

A câmara reserva-se o direito de os arrematar em parcélas ou em globo, conforme veja que lhe é mais util, ou mesmo de os retirar da praça caso o preço lhe não convenha.

E para constar se passou este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos logares mais públicos e do costume.

Aveiro e secretaría municipal, 20 de março de 1912.

O Presidente da Comissão Administratíva,

Luís de Brito Guimarães.

ACÇÃO DE DIVORCIO

(2.ª PUBLICAÇÃO)

Por o Juizo de Direito da comarca de Aveiro e cartorio do escrivão do 2.º oficio—Barbosa de Magalhães—correu seus devidos e legais termos uma acção especial de divorcio em que foi autor Luís Henriques, proprietario, de Esgueira, e ré sua mulher Adelaide Pereira Henriques, tambem proprietaria, atualmente residente em Loanda.

E, nésta acção, foi decretado o divorcio litigioso entre os conjuges, por sentença de seis do corrente que foi devidamente publicáda e intimada e transitou em julgado, com o fundamento no numero 1 do art.º 4.º do Decreto de 3 de novembro de 1910, o que se anuncía para os efeitos legais, nos termos 19 do citádo Decreto.

Aveiro, 20 de Março de 1912.

Verifiquei

O Juiz de Direito

Regalão.

O escrivão,

Silverio Augusto Barbosa de Magalhães.

Ultima hora

Dr. Afonso Costa

Passou ontem para o Porto, no *rapido* das 22,30, o ex-ministro da justiça do governo provisorio, que na *gare* da estação foi cumprimentado por alguns dos seus amigos pessoais e politicos.

O sr. dr. Afonso Costa vai defender, no tribunal, aquêle conhecido regedor de Valbom que, vendo-se ameaçado por um ferrenho *talassa* da localidade, contra êle desfechou cinco tiros de pistola sem que com tudo lhe causasse a morte.

Justiça popular?

A redacção do *Dia*, jornal reaccionário de Lisboa, apareceu ontem incendiáda não se tendo o fogo propagado e tomádo grande incremento por os socorros têrem sido prontos.

Esta gazeta é das que mais têem atacádo a Republica, causando a maior indignação a sua atitude.

10

sa no alto da Avenida se déra apenas com um pelotão de que êles faziam parte e que realmente fôra destroçádo.

* * *

Pouco depois, tenho a informação de que os navios em poder dos revoltosos bombardeariam nêsse dia o Palacio das Necessidades, e depois, recolhendo toda a gente que se encontrava no quartel de marinheiros, subiriam o Tejo, para ancorar em frente do Terreiro do Paço, e efectuar o desembarque em qualquer ponto da margem do rio.

Estas, como todas as outras informações que recebia, imediatamente eram por mim transmitidas ao quatel general.

Entretanto, a manhã ia decorrendo sem que cessásse o fogo da artilharia da Rotunda em direcção sul, até que pelo meio dia ou uma hora da tarde se iniciou, no alto da Avenida, o combate entre as duas artilharias.

Procurando informar-me do seguimento dêste combate, por varias vezes telefonei para o quartel general, obtendo com dificuldade respostas contraditórias de diferentes pessoas cujas vozes me eram desconhecidas, até que, finalmente, pelo coronel sr. Seabra de Lacerda, consegui saber que o ataque á Rotunda não obtivéra exito.

* * *

Ao mesmo tempo, o Palacio das Necessidades estava sendo bombardeado, e pela 6.ª companhia ia tendo conhecimento dos estragos produzidos.

Sou então informado de que el-rei resolvera retirar-se para Mafra, sendo acompanhado pelo 3.º esquadrão.

Alguem, que pela voz me pareceu ser o tenente Raul de Menezes, me disse da parte de el-rei que comunicásse a sua resolução ao presidente do conselho e este lhe dirigisse para Mafra todas as informações.

Custosamente transmiti esta comunicação para casa do presidente do conselho a pessoa que, pela voz, me pareceu ser um capitão de infanteria seu secretário.

* * *

Sem poder precisar o momento, recebo comunicação do chefe do estado maior da divisão, de que ia efectuar o ataque ao quartel de marinheiros.

Fraco foi esse ataque e de curta duração, a julgar pelo que me foi dado apreciar por conducto do telefone, que distintamente me trazia ao ouvido o som dos tiros.

Apenas distingui o desparo de uma metralhadora e, intervalados, grupos de 6 a 8 tiros de fuzilaría.

11

Duvidando, ainda, do que ouvia, quando já quasi não havia tiroteio, pedi informações ao telefonista, que confirmou o que eu tinha ouvido, acrescentando que no quartel dos marinheiros parecia haver jà pouca gente e nos telhados se viam alguns individuos.

Entretanto, a artilharia da Rotunda voltou a bater o Carmo e désta vez com mais eficacia, conseguindo ferir o alvo com alguns projecteis, um dos quais rebentou a uns 20 metros do meu gabinete, o que determinou que alguns dos oficiais presentes me observassem o risco que todos corriamos, ao que respondi poderem retirar aquêles que nada tinham ali que fazer.

* * *

Decorrido algum tempo após o pequeno combate em Alcantara, ao anoitecer, salvo erro, comunica-me o chefe do estado maior haver dado ordem para que a brigada de defeza das Necessidades viésse ocupar S. Pedro de Alcantara e praça do Principe Real, ficando o Palacio entregue ás companhias 6.ª e 4.ª da guarda municipal.

Pela mesma ocasião ou pouco mais tarde, dão entrada no Carmo para descançar e dar ração aos cavalos, os regimentos de cavalaria 2 e 4, e no quartel do Cabeço da Bóla, o 3.º esquadrão, que recolhia de acompanhar el-rei e para ali se tinha dirigido com o fim de dar agua e ração aos animais.

Pouco mais ou menos nésta altura, sou chamado ao telefone por pessoa cuja voz me pareceu a do sr. almirante Moraes e Sousa. Disse-me sua ex.ª que o quartel dos marinheiros estava completamente abandonado e podia ser facilmente ocupado pelas tropas fieis.

Respondi-lhe que, não dispondo eu de tropa alguma sob o meu comando, ia comuuicar o facto, sem perda de tempo, ao quartel general; o que realmente fiz, sendo-me daí respondido que não valía a pena.

Por segunda vez, o mesmo sr. almirante me chama a atenção para o referido assunto, e então lhe transmiti a resposta que obtive do quartel general.

* * *

Sabedor de que na praça do Principe Real não aparecia a brigada de defeza das Necessidades, pedi informações para Alcantara, dizendo-se que dali nenhuma tropa tinha levantado e tudo estava nos mesmos postos, o que, sendo muito estranho, me levou imediatamente a comunical-o ao quartel general.

Então, de combinação com o chefe de estado maior, me puz em comunicação telefonica com um oficial da brigada que me disse ser o chefe do estado maior da mesma (do que hoje duvido) e com êle ininsisti tanto quanto me foi possivel para que a brigada cumprisse as ordens do quartel general.